

Pesquisa, inovação e a universidade particular



Márcio Luiz de Andrade Netto
Diretor de Projetos; Instituto Uniemp
e professor titular (aposentado) – Unicamp.
Campinas – SP [Brasil]

Louis Pasteur, Albert Sabin e Albert Einstein são ilustres personalidades da ciência, não restando dúvidas sobre as grandes contribuições que trouxeram ao conhecimento humano.

Pasteur, com suas pesquisas, auxiliou na prevenção de doenças comuns à sua época (Séc. XIX) e abriu caminho para uma área nova em Biologia que se mostrou de grande proveito para a sociedade.

Sabin conquistou sua vaga no Olimpo científico pelos resultados impressionantes de suas pesquisas com vacinas, os quais permitiram a vitória da humanidade contra uma de suas mais insidiosas doenças, a poliomielite.

Einstein, por sua vez, entre outras contribuições inestimáveis, trouxe a energia nuclear para a cesta de alternativas disponíveis como fontes de abastecimento energético.

Os três são responsáveis por grandes obras do espírito humano.

Entretanto, além das óbvias diversidades de suas áreas de atuação, os feitos desses cientistas diferem, substancialmente, em alguns aspectos. Um deles diz respeito à transformação dos novos conhecimentos em produtos, méto-

dos ou serviços para o benefício da sociedade, ou seja, em inovação propriamente dita.

O que difere a criação de novos conhecimentos da realização de inovações é o que veremos, resumidamente, a seguir. A função principal de um pesquisador é obter conhecimentos inéditos de forma cientificamente comprovada. Boa parte deles é publicada como artigos científicos, para ampla divulgação e discussão na comunidade. Outra parte significativa dessas descobertas é tornada pública, por meio de patentes, para que haja proteção legal de sua autoria e de seus possíveis frutos financeiros. Uma pequena parte dos novos conhecimentos é mantida sob sigilo, seja para fins industriais, comerciais ou militares, seja para fins estratégicos de governos ou instituições.

No longo caminho para a inovação, o processo descrito até aqui só produziu o conhecimento novo e, eventualmente, o tornou público. Falta ainda a sua efetiva utilização em produtos, métodos ou serviços que tenham interesse econômico e/ou social. Pasteur e Sabin realizaram este último passo, ou seja, transformaram suas descobertas em produtos de imensa relevância social e econômica. Sabin abriu mão de seus direitos de inventor e tornou sua vacina de domínio público, o que não lhe tira a importância econômica, mas apenas a coloca em outro nicho de exploração.

Einstein, por sua vez, manteve-se estritamente na esfera acadêmica, não perseguindo os possíveis efeitos sociais e econômicos de seus resultados, que foram e ainda são realizados por outras pessoas e instituições.

Nesse ponto, deve estar claro que o conceito de inovação é algo intrinsecamente ligado às empresas, as quais conseguem explorar os

novos conhecimentos, disponibilizando-os em benefício da sociedade.

Vamos agora observar, com mais atenção, o caso brasileiro. Aqui, até alguns anos após 1950, não se desenvolviam atividades significativas de pesquisa. Como efeito da criação do CNPq em 1951, da FAPESP em 1962 e de políticas do governo federal e de alguns governos estaduais, notadamente o de São Paulo, consolidou-se a visão de que as universidades deveriam abrigar um sistema de pesquisas científicas.

Tal visão prosperou. Hoje, encontramos um sólido conjunto de instituições de pesquisa capaz de produzir trabalhos acadêmicos de qualidade semelhante à dos países desenvolvidos, assim como pesquisadores com o mesmo nível de produtividade. Somos apenas menores em tamanho se compararmos o número de pesquisadores com a população total, o que decorre diretamente do fato de sermos mais pobres. Nosso sistema também produz, com qualidade, os novos pesquisadores necessários à sua manutenção e ampliação.

Ainda somos, entretanto, incompetentes como nação na tarefa de efetivar a etapa necessária para a inovação, como comprova a realidade da maioria de nossas empresas, fortemente carentes nesse aspecto.

Muitas causas contribuem para essa realidade, tanto nas empresas quanto em universidades e instituições de pesquisa. Uma delas é a proteção de mercado que o Brasil dava às suas empresas ante a concorrência estrangeira, que perdurou até recentemente, não motivando nossos empreendedores a buscar elementos de competitividade em seus produtos. Bastava importar tecnologia e/ou produzir bens semelhantes aos existentes no exterior, sempre com grandes atrasos em relação aos lançamentos internacionais. Embora o problema tenha deixado de existir, a inércia da maioria das organizações ainda não permite a mudança de comportamento dos seus responsáveis.

Outra razão é a grande dificuldade que instituições de pesquisa e universidades estatais impõem às relações com empresas priva-

das, seja por sua estrutura, seja por legislação restritiva. Vencer essas barreiras é uma tarefa que somente agora começa a ser concretizada, apesar dos grandes empecilhos culturais e operacionais criados ao longo do tempo e que são difíceis de contornar.

Aqui, surge um elemento novo, indevidamente considerado como pouco relevante no sistema nacional de pesquisa – as universidades particulares ou não-estatais. Por preceito legal, essas instituições devem manter atividades de pesquisa científica, sob pena de perderem a designação de universidade.

A pesquisa básica, em qualquer área do conhecimento, é de altíssimo custo e se mantém por meio de aportes financeiros dos governos em todos os países que a realizam. Na concorrência por tais recursos no Brasil, as entidades públicas levam imensa vantagem e, pode-se dizer, sobram apenas migalhas para as instituições privadas. Torna-se, assim, um ato heróico a manutenção da pesquisa básica.

Creio que a única alternativa viável às universidades particulares é o desenvolvimento de pesquisa aplicada em parceria com empresas.

O primeiro motivo para isso é que serão estabelecidas relações entre entidades de natureza semelhante, ou seja, tanto a universidade quanto seus parceiros são instituições privadas, o que torna mais fácil qualquer negociação. Outro motivo, e talvez o mais importante, é que diversos mecanismos estatais de financiamento à inovação já foram criados e estão à espera dessas parcerias. O grau de utilização de tais financiamentos tem sido baixíssimo, o que mostra a existência de uma ótima oportunidade de negócios, faltando, ainda, iniciativa para concretizá-los.

Essa sugestão é válida para qualquer área do conhecimento, mas o setor da saúde é um dos que mais poderão beneficiar-se dessas parcerias, visto que há recursos específicos a ele destinados, com valores bastante significativos.

O Brasil necessita da conclusão do processo de inovação. Está em nossas mãos realizá-la.